

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANA ALVES RUFINO**

**A PRESENÇA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma leitura  
bibliográfica**

**Paranaíba/MS**

**2017**

**ANA ALVES RUFINO**

**A PRESENÇA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma leitura  
bibliográfica**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.**

**Orientador: Jémerson Quirino de Almeida**

**Paranaíba/MS**

**2017**

R865p Rufino, Ana Alves

A presença religiosa na educação brasileira: uma leitura bibliográfica/  
Ana Alves Rufino. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.  
48f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Me Jémerson Quirino de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de  
Paranaíba.

1. Educação - Brasil. 2. Religião. I. Rufino, Ana Alves. II.  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba,  
Curso de Ciências Sociais. III. Título.

CDD – 370.9

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

**ANA ALVES RUFINO**

**A PRESENÇA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma leitura  
bibliográfica**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº Me. Jémerson Quirino de Almeida (Orientador)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Profº Dr. Jean Paulo Pereira de Menezes  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Profº Me. Gabriela Massuia Motta  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Dedico este trabalho a minha família, que tanto me apoiou, em toda minha jornada acadêmica. Em especial, a minha mãe, a mulher mais forte e guerreira, que me ensinou, que para a vida é preciso coragem e perseverança. Ao meu pai, de poucas palavras e sábios conselhos, que sempre me diz que o amanhã poderá ser melhor, e que só não se pode desistir. Ao meu irmão Gustavo, e todo seu cuidado e carinho, com sua “irmãzinha”. Em memória de minha querida e eterna avó Iracy, que com todo seu amor e cuidado, pode me dar a alegria de ser sua neta e poder desfrutar da sua existência, escutar suas muitas histórias, poder dividir cafés e sorrisos...

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha família por me dar toda a força e apoio quando decidi que gostaria de cursar Ciências Sociais e sair do conforto que é o lar; mas principalmente a minha mãe, mulher guerreira que me ensinou desde cedo que a vida não é fácil, e que é preciso coragem para se alcançar seus sonhos, que muitas vezes terão obstáculos, mas que cada dificuldade te fará mais forte, e sempre que desejar algo, que ao menos tente, mesmo que não dê certo, que se arrependa, mas que tente, não se desiste sem tentar, que é melhor uma vida cheia de “eu ao menos tentei” do que uma vida com muitos “como seria se tivesse tentado”; a Super-mãe que sempre deu seu melhor aos seus filhos, que acima de tudo sempre será nossa melhor amiga, e que vai estar ao meu lado em qualquer situação. A mulher que se torna cada vez mais forte, que mesmo com todas as dificuldades da vida, é como uma grande fortaleza que me dá segurança, amor e carinho, que me faz rir nos meus momentos de desespero, que é minha amiga e que tá sempre sorrindo, toda minha vida é tua mãe, e quando eu crescer quero ser assim, forte e alegre como a senhora, amo você, tudo o que sou aprendi contigo.

Agradecer ao meu pai, que ao longo de nossas vidas me ensina sempre mais, e que sempre me fala que não importa o que eu faça, que só quer me ver feliz; pai, não tens ideia o quanto todo seu amor e sua dedicação é importante, e que assim como minha mãe, sempre tá ali pra me dar sábias palavras, bons conselhos. Foi o senhor que me ensinou que a honestidade é uma das melhores coisas que se pode ter, e que com todo o seu jeito “paizão”, só quer o melhor para seus filhos, e que ao longo dos anos, tem se tornado um pai cada vez melhor, que sabe agora que os filhos crescem, tomam o rumo, que pode até não compreender nossas decisões, mas que as respeita, obrigada pai, por todos os bons conselhos, por todas as vezes que segurou a barra, e que me ensinou a persistir, e jamais desistir, amo você pai.

Ao meu irmão Gustavo, que me presenteou com a melhor amizade que se possa ter na vida, que mesmo com seu jeito discreto, sempre cuida de mim; das muitas aventuras de criança, momentos únicos; das conversas até tarde, e das boas risadas juntos, e que todo nosso amor permaneça para sempre assim. A minha querida e eterna avó Iracy, que na sua mais doce simplicidade sempre esteve presente, cuidando, ensinando sobre a vida; que me agraciou com seu amor de avó, e que mesmo nos deixando tão prematuramente, pude aprender com a senhora que o melhor da vida é poder sentar, beber um café, contar e ouvir histórias, dar risada da vida e aproveitar cada momento, que a tristeza e a mágoa não cabe espaço, e que nas minhas mais doces lembranças, a senhora sempre estará nelas, sentada na varanda de casa, conversando e sorrindo...

Agradecer aos amigos, que não são muitos, mas que dos que tenho, são aqueles que a vida me presenteou com amizades verdadeiras que algumas já duram anos, e outras que também se estenderam para a vida toda; aos amigos que fiz na universidade, colegas de sala, que se tornaram amigos, que ao longo dessa convivência diária, me acolheram em um novo lugar, do qual eu aprendi a chamar de lar.

Das coisas boas que ganhei na vida, das grandes amizades que a universidade me proporcionou, não poderia deixar de agradecer a amizade que surgiu das muitas brincadeiras nos intervalos das aulas, das conversas bobas, mas sempre cheias de alegria, a amizade que me fez reaprender sobre o amor, por mim e pelo mundo; que o amor caminha de mãos dadas com a liberdade, com o respeito e o carinho, que a vida é mesmo muito surpreendente, obrigada Luma, por ser minha namorada e amiga, eu te amo muito.

Agradecer a todos os professores que ao longo dessa formação acadêmica, me fez apaixonar cada vez mais por esse mundo tão infinito que é o conhecimento; aos técnicos administrativos e funcionários da UMES- Paranaíba/MS, que sempre atende tão prontamente os alunos, nos auxiliando e ajudando nas dúvidas, e socorrendo nos momentos de desespero que todo aluno passa.

Um agradecimento mais que especial, ao meu querido orientador, Prof. Me Jémerson Quirino de Almeida, que sempre foi muito paciente, que me auxiliou muito prontamente desde a primeira vez que o procurei propondo um objeto de estudo ainda não bem definido, mas que com muitas conversas e momentos de orientações, enfim conseguimos; que sempre me deixou livre para escrever da minha maneira, que me ensinou como fazer um boa escrita, me orientando de forma sincera, me ensinando sobre minha autonomia ao escrever, que me ajudou a desenvolver um bom trabalho, me auxiliando a descobrir dentro da infinita possibilidade, o objeto de estudo que pretendo seguir, graças ao aceitar minha proposta desde o primeiro momento, muito obrigado por todo o aprendizado.

Gratidão...

[...] Sai de casa sempre assim que der  
Mas sai sem esquecer que a sua casa é sempre aqui

Sair de casa é só pra quem quer  
Pois a coragem anda a pé  
E vai te levar pra longe [...]

“Coisa de Casa”  
OutroEu



## **RESUMO**

O tema central deste trabalho corresponde a presença religiosa na construção da educação no Brasil. O nosso objetivo é compreender como a religião enquanto parte da organização social brasileira influencia historicamente na construção e organização do ensino no Brasil. Nossa pesquisa se justifica considerando o Brasil ser um país de grande pluralidade religiosa em sua constituição social. Para tanto, realizamos uma leitura bibliográfica sobre o tema, de forma a nos aproximar dos principais autores e conceitos em discussão sobre a educação e sua relação com a religião. Nesse sentido, buscamos demonstrar por meio de uma análise sociológica e histórica, que a educação se desenvolveu a partir de uma matriz judaico-cristã, porém se constituiu historicamente por meio de uma pluralidade religiosa dado a presença de múltiplos determinantes no decorrer do processo histórico de edificação do ensino no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação no Brasil. História da Religião. Pluralidade religiosa.

## **ABSTRACT**

The central theme of this work corresponds to the religious presence in the construction of education in Brazil. Our goal is to understand how religion as part of the Brazilian social organization historically influences the construction and organization of education in Brazil. Our research is justified considering Brazil being a country of great religious plurality in its social constitution. To do so, we perform a bibliographical reading on the subject, in order to approach the main authors and concepts in discussion about education and its relationship with religion. In this sense, we seek to demonstrate through a sociological and historical analysis that education developed from a Judeo-Christian matrix, but it was historically constituted through a religious plurality given the presence of multiple determinants in the course of the historical process of education in Brazil.

**KEYWORDS:** Education in Brazil. History of Religion. Religious plurality.

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Religião no mundo real.....	13
1.2: Secularização e desencantamento do mundo.....	14
1.3: Fundamentalismo religioso.....	18
1.4: O estudo sociológico da religião no Brasil.....	21
Capítulo2: O catolicismo no projeto jesuítico.....	28
2.1: O método educacional jesuítico.....	30
2.2: O período imperial e a educação.....	31
2.3: A instrução pública no “longo” século XX .....	35
2.4: Reforma Francisco Campos, Reforma Capanema e o Manifesto dos Pioneiros.....	37
2.5: Ensino religioso e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.....	42
2.6: Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Humanas.....	42
Considerações Finais.....	44
Referências.....	47

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado a partir da observação quanto à organização da sociedade e a religião como parte desta; a religião se estabelece como um aspecto cultural desde as primárias sociedades. A Religião como objeto de estudo das Ciências Sociais, assim como da Educação, ambas, parte da organização social, surgiram como possíveis objetos de estudo em conjunto para a pesquisa, a qual por meio de pesquisas e leituras bibliográficas concernentes a Sociologia da Religião, Sociologia Clássica e a História da Educação Brasileira, tendo como objetivo destacar historicamente a presença religiosa na educação pública brasileira. Para tanto, realizamos uma leitura bibliográfica sobre o tema, de forma a nos aproximar dos principais autores e conceitos em discussão sobre o tema religião.

Nossa pesquisa se justifica considerando o Brasil ser um país de grande pluralidade religiosa em sua constituição social; e assim, como objetivo específico deste trabalho, investigamos a presença religiosa como um fato social e o modo como esse elemento aparece historicamente correlacionado ao ensino público no Brasil.

Desta maneira, o primeiro capítulo tem como centralidade apresentar conceitualmente a Religião, e o modo como a Sociologia clássica a define; a religião enquanto aspecto cultural, e o modo como as transformações ligadas a ela (Reforma Protestante, Fundamentalismo Religioso, a queda do catolicismo institucional ) ocorreram no mundo e no Brasil. País formado historicamente por uma multiplicidade religiosa, em que as mudanças sociais em decorrência destas transformações na religião repercutem de diferentes formas na educação. Nossas observações atentam quanto aos fenômenos decorrentes dos aspectos religiosos, como o Fundamentalismo religioso; a intolerância religiosa e seus opostos, a liberdade de realizar outros cultos religiosos no território brasileiro e, a relação decorrente dos novos ideais aqui estabelecidos promotores de situações inusitadas como o sincretismo religioso.

Quanto ao segundo capítulo, faz-se a releitura do tema a partir da História da Educação Brasileira, apresenta-se o uso frequente de uma linha cronológica que grande maioria dos autores estabeleceram como marco inicial da educação no Brasil; a presença da Companhia de Jesus, criada em 1540, com a intenção de neutralizar os avanços da Reforma Protestante, e como meio de difusão da cultura e ideais coloniais portugueses para com a nova colônia. Sendo assim, com base na forma como estudamos a nossa história, a partir da chegada dos portugueses, nota-se que a história da educação no Brasil nasce ligada a história

da presença religiosa judaico-cristã no país. Nesse sentido, realizamos uma leitura da presença religiosa consonante aos momentos políticos da história da educação no Brasil.

No decorrer da pesquisa, notamos o grande número de possíveis objetos de estudos em relação à temática religião, visto que o nosso país é constituído de uma pluralidade religiosa, que pode proporcionar inúmeras pesquisas acerca do tema. Contudo, ainda se faz necessária a produção de pesquisas que se debrucem a analisar a religião e suas relações com a educação. De toda maneira, as mais variadas formas que se correlaciona às estruturas materiais e mentais na organização social, logo a presente pesquisa ainda que de forma inicial, pode revelar a proximidade entre religião e ensino. A compreensão da presença da religião na educação sendo elemento chave para o funcionamento da sociedade, e até mesmo como uma forma de superação das desigualdades sociais.

## CAPÍTULO 1: A RELIGIÃO NO MUNDO REAL

A primeira e mais curta definição de religião<sup>1</sup> foi dada por Edward Tylor: “a crença em seres espirituais” (TAYLOR *Apud* MARCONI; PRESSOTO, 1998, p.162). Assim, entendemos que a religião deve ser vista como um aspecto cultural de uma dada comunidade ou civilização, constituindo seus costumes, sua moral e ética. As crenças, também se mesclam com as práticas da vida no mundo real.

Percebemos manifestações de religião, desde as sociedades mais antigas, por meio de estudos oriundos de pesquisas nas mais diversas áreas, como a Antropologia, a Arqueologia e a História. Foram encontrados vestígios de rituais, símbolos em tipos diversos de cerimoniais há mais de 40 mil anos. Esses elementos parecem serem formas expressivas de religiosidade (GIDDENS, 2005, p. 483).

Partindo do pressuposto de que o Fato Social<sup>2</sup>, definido por Émile Durkheim (2007), é tudo aquilo que de forma coercitiva, é exterior e generalizante ao indivíduo, e que assim o leva a uma determinada ação, que por sua vez já está posto na sociedade na qual o indivíduo nasce, de forma a não poder mudá-la. Deste modo, pode-se entender a religião como um fato social, um sistema de crenças e rituais comuns e compartilhados de forma a proporcionar um significado e um propósito aos indivíduos.

Com base na definição clássica de Durkheim, percebe-se que sociologicamente, a religião perpassa muito mais do que somente a relação com o sagrado, a experiência da presença de uma força sobrenatural que habita algum ser; a religião é uma expressão da cultura, onde crenças, valores e ideais são compartilhados dentro de um determinado grupo religioso, caracterizando diferenças com os demais grupos. Mesmo assim, alguns grupos religiosos se assemelham em muitos aspectos, como por assumirem comportamentos de práticas ritualizadas, e terem um senso de propósito próximo.

Os sociólogos definem a **religião** como um sistema cultural de crenças e rituais comuns e compartilhados, que proporciona um senso de significado e propósito finais, criando uma visão da realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural. (DURKHEIM, 1976; BERGER, 1967; WUTHNOW, 1988 *apud* GIDDENS, 2005, p.483, grifos no original).

---

<sup>1</sup> A palavra religião vem do latim: *religio*, formada pelo prefixo *re* (outra vez, de novo) e o verbo *ligare* (Ligar, unir, vincular). A religião é um vínculo. (CHAUI, 2004, p. 298)

<sup>2</sup> DURKHEIM (2007).

De acordo com Marilena Chauí (2004)<sup>3</sup>, a instituição religião nas várias culturas pode ter formas distintas de significado, em algumas a religião é simbolizada por um momento de consagração de um espaço, ou por um gesto de união. A religião além de um vínculo entre o mundo sagrado e profano, usa de muitos elementos para constituir-se, como os ritos, o que somente a crença ou fé devem estar associadas à prática religiosa (CHAUÍ, 2004, p.298).

De acordo com Chauí “[...] a religião liga humanos e divindade, porque organiza o espaço e o tempo, os seres humanos precisam garantir que a ligação e a organização se mantenham e sejam sempre propícias. Para isso são criados os **ritos**”. (CHAUÍ, 2004, p. 299, grifos no original). Os ritos são essenciais para a organização e manutenção da vida religiosa.

Sobre os ritos, Marconi e Pressoto (1998)<sup>4</sup> apontam: “Ritual ou prática. Trata-se da manifestação dos sentimentos por um ou vários indivíduos, em qualquer meio, através da ação” (MARCONI; PRESSOTO, 1998, p.163). Os ritos se apresentam como um elo para com o divino; são ações repetitivas em lugares específicos; regras e atos religiosos que variam em três formas principais: oração, oferenda e manifestações.

## 1.2 Secularização e desencantamento do mundo

Conforme Comte<sup>5</sup>, o movimento que tornou as ciências mais racionais e alterando as influências das doutrinas teológicas e metafísicas, denominado como Positivismo<sup>6</sup>, modificou como o homem percebia o mundo, fazendo progressos nas ideias, já não sendo suficiente as explicações pautadas na teologia e no metafísico:

Á medida que as ciências se tornaram positivas, e que, em consequência, fizeram progressos sempre crescentes, uma massa cada vez maior de ideias científicas penetrou na educação comum, ao mesmo tempo que as doutrinas religiosas perdiam pouco a pouco a sua influência. Constituíram-se escolas especiais para as ciências, nas quais, por assim dizer, era nula a ação da teologia e da metafísica. (COMTE, 2012, p. 160)

---

<sup>3</sup>CHAUÍ (2004).

<sup>4</sup>MARCONI, M. A. & PRESOTTO, Z. M. Antropologia. *Uma Introdução*. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

<sup>5</sup>Coleção pensamento & vida: Comte: sociólogo e positivista/ André Campos Mesquita. – São Paulo: Editora Escala, 2012. - - (Coleção pensamento & vida; V. 11)

<sup>6</sup> Corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX, tendo como principais idealizadores Auguste Comte e Jonh Stuart Mill. Sistema filosófico que, banindo a metafísica e o sobrenatural, se funda na consideração do que é material e evidente.

Com o cientificismo o modo de se pensar a ciência e a vida de um jeito diferente, fez com que a religião perdesse significativamente sua influência sobre muitos aspectos, como na organização social de forma gradativa, na política, na cultura, dando lugar às ciências, à filosofia, o que atribuiu uma nova perspectiva de se ver o mundo. Com base nessa concepção positivista, com o desenvolvimento da modernidade, acreditava-se que a religião progressivamente iria desaparecer por completo, devido ao racionalismo<sup>7</sup> presente após o movimento do iluminismo<sup>8</sup>, em que filósofos e economistas disseminaram as ideias iluministas de que o conhecimento se dá pela experiência, pela razão, contestando a ideia da origem. Esse processo se relaciona com a vida moderna, em que a vida deixa de ter suas estruturas ligadas aos aspectos culturais inerentes à religiosidade; o termo secularização<sup>9</sup> é usado para denominar esse processo. Com essa separação significativa dos âmbitos culturais e com a emancipação do homem, o racionalismo, o domínio sobre o mundo e o processo de desencantamento do mundo, em que a religião perde significação, o homem se afasta do metafísico e se aproxima do movimento denominado Positivismo (COMTE, 2012).

O movimento de modernidade e conseqüentemente de secularização que permeava por toda a Europa e por diante a todos seus países colonizados, decorre o que se define como processo de desfiliação, em que as tradições, sejam elas culturais, econômicas e religiosas, perdem significado ou se alteraram ao passo que a razão presente nos ideais do movimento Iluminista tomam lugar aos princípios metafísicos.

Com as transformações na sociedade brasileira, que modernizava-se e os ideais republicanos, trazia consigo mudanças; o novo modelo que se instaurava, onde busca-se a separação entre o Estado e a Igreja, a mudança social, cultural e econômica que acontecia simultaneamente com o movimento de proclamação da República, alterou significativamente a relação do sujeito com as instituições de ordem social e com os demais sujeitos da sociedade. Essa mudança estabelece naquele momento, que antecede a Proclamação da República estabelecendo uma cultura plural, os traços tradicionais perdem forças, o que caracteriza uma sociedade mais livre, que se compunha de novas ideologias e de um momento de

---

<sup>7</sup> Qualquer doutrina que privilegia a *razão* como meio de conhecimento e explicação da realidade.

<sup>8</sup> O iluminismo, também conhecido como Século das Luzes e como Ilustração foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval.

<sup>9</sup> A secularização de uma sociedade pode ser entendida, em um sentido literal, como um processo pelo qual a religião deixa de ser o aspecto cultural agregador, transferindo para uma das outras atividades desta mesma sociedade este fator coercitivo e identificador. Ela faz com que tal sociedade já não esteja mais determinada pela religião.

Nas relações da Igreja com o Estado, é o processo de devolução de algo que, por razões de ordem histórica, estava submetido ao domínio religioso. (Dicionário informal). Este conceito é usado frequente por autores das áreas das ciências sociais.



descompressão com o novo regime organizacional, o que a sociologia denomina como diferenciação social (PEIRUCCI, 2004).

Muitos pesquisadores, acreditavam que ao longo dos anos, o movimento de secularização, levaria a uma total perda da relação do indivíduo para com a religião; um movimento ambíguo ao que se acreditava, mostrou um aspecto ainda mais intrigante, pois, se acreditava no total desaparecimento da religião, considerando a tese da secularização; no entanto, o que se alterou foi para um declínio do catolicismo institucional, e para a adição de novas denominações religiosas; o que se é possível ver ao longo dos anos, por dados fornecidos por instituições de pesquisa, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, trabalhos e pesquisas acadêmicas acerca da temática, destacando-se Camargo<sup>10</sup> nesta área de pesquisa no Brasil.

O movimento de secularização, ou o que também podemos definir como eversão do catolicismo no Brasil, pode-se dizer que aconteceria com qualquer outra religião majoritária e tradicional que se estabelecesse por aqui. De acordo com Peirucci, “Qualquer religião tradicional, majoritária, numa sociedade que se moderniza, estará fadada a perder adeptos.” (PEIRUCCI, 2004, p. 14). A queda no número declarados como católicos sofreu abruptas mudanças ao longo dos anos de 1940, aos anos 2000, é o que se é possível perceber em números divulgados nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas se tratando especificamente do Catolicismo brasileiro, com a democratização do Estado e da sociedade, se alterou o modo de relação da Igreja como instituição mediadora das relações sociais; a Igreja se distancia da sociedade civil, o que a leva a perder a característica próxima ao público, e passa a se retratar especificamente ao aspecto religioso. A reorganização da Igreja Católica na sociedade moderna, necessária para a sua manutenção, ao passo que muitos de seus valores estavam contrapostos a esse dinamismo moderno, faz com que a mesma tivesse que se rearranjar internamente. Rosado – Nunes destaca: “Mudou o papel da Igreja, uma vez que a sociedade civil constituiu órgão próprios de expressão e de mediação com o Estado [...] A Igreja refluíu para um âmbito menos ‘público’ e mais ‘religioso’”. (ROSADO - NUNES, 2004, p. 23).

O processo histórico de secularização e dessacralização que ocorreu na sociedade Ocidental, ao qual a modernidade, trouxe elementos que diversificou a organização social, dando o que define a Sociologia de “diferenciação social”; essas transformações que também

---

<sup>10</sup> CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (org.). *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis, Vozes, 1973

se dão no Brasil, principalmente em decorrência dos pensamentos republicanos e liberais que, como ressalta Rosado – Nunes (2004): “[...] com o advento da República, em 1889, norteadas por princípios de laicidade, instaura-se uma realidade nova. [...] a liberdade do exercício de outros cultos e religiões coloca a possibilidade histórica e real de uma pluralidade religiosa antes inexistente” (ROSADO - NUNES, 2004, p. 29).

A tese da secularização, de que o declínio da religião como um todo se daria em consequência aos eventos ocorridos desde o movimento iluminista, o modo como essas mudanças se estabeleceram transformando o Ocidente, e especificamente no caso do Brasil, do qual se trata o presente trabalho, o modo como essa mudança social se estabeleceu, contribuiu para o que os pesquisadores acreditassem que aconteceria com a religião de forma geral, no entanto, especificamente no Brasil, que:

Aqui, a mistura de elementos religiosos indígenas e africanos aos rituais, à simbologia e à doutrina católicas, associada a escassez de clero, à ausência de uma catequese e educação religiosa mais formalizadas, e a outros fatores como a escravidão dos africanos, ofereceu condições para que se desenvolvesse um ‘catolicismo tropical’, ou ‘popular’, com características próprias (ROSADO - NUNES, 2004, p. 28).

A formação cultural religiosa do Brasil se construiu em meio a múltiplas referências, o catolicismo foi por tempos a religião oficial e a única aceita pelo Estado, o que só mudou com os princípios de laicidade da República em 1889; a perda da força da Igreja Católica, não apenas se explica pela teoria da secularização total da religião, mas pela liberdade e o exercício livre de outros cultos permitidos pelo Estado “democrático” instaurado com a república.

Estão dadas as condições de possibilidade para a quebra da hegemonia católica no Ocidente que o processo secularizador/ dessacralizador propiciou, permitindo colocar o catolicismo e seus agentes ao lado de outras religiões, como uma entre tantas as quais se pode recorrer. Parece que vai se esgotando a forma católica de monopólio de gestão do capital simbólico pelo clero e seus mecanismos da legitimação (ROSADO - NUNES, 2004, p. 31).

Essa pluralidade atribuída às liberdades republicanas, colabora para a declinação do catolicismo institucional dominante no Brasil; sobretudo essa ‘oferta’ plural de religiões, e a desvinculação de uma única religião de culto permitido pelo Estado, e a entrada de novas denominações religiões e o culto livre, determina a queda da religião tradicional; o que se acreditava anteriormente no total desaparecimento da religião, contudo, esse movimento foi contrário, não se estabeleceu por completo o fim da instituição religiosa, e sim uma

multiplicidade de religiões que passam a se estabelecer no Brasil, o qual foi o maior colaborador para o declínio do catolicismo.

Ao longo dos anos da era moderna, a relação do indivíduo para com a religião se modificou significativamente, alguns elementos culturais tradicionais deixaram de ter significados tão relevantes a vida social do homem moderno, a relação direta com a instituição religiosa se distancia de forma prática; a religião de modo geral passa por um processo de dessacralização, perdendo poder. De acordo com Rosado–Nunes: “A diversidade religiosa, explicitamente assumida no Brasil [...] implica e provoca um processo de dessacralização da instituição religiosa” (ROSADO - NUNES, 2004, p. 24). Auxiliando para o que autores da Sociologia e outros campos, definiram como secularização e desencantamento do mundo; com o desenvolvimento das ciências positivistas e a emancipação do homem, o movimento de secularização que acreditava-se acontecer devido a transformação rápida do modo de organização da vida em sociedade, onde os processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento da ciência, ganham espaço ao lugar de influências tradicionais.

### **1.3 FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO**

A tese da secularização, de forma geral, conforme Giddens (2005) explica que a religião fundamentada na Igreja Tradicional, incidiria ao longo do tempo. Diante a secularização e racionalização social a influência religiosa diminuiu como anteriormente se constatou, contudo as crenças ainda influem nas vidas dos indivíduos e na organização social destes. A secularização não se expandiu com tamanha rapidez, ou de forma que se tornasse global em muitas sociedades pouco se faz presente a secularização da forma como alguns autores da Sociologia definiram.

A religião está para além da relação do indivíduo para como o sagrado/divino; a religião se faz presente em muitos aspectos da vida social e na sua organização, influenciando nos campos como da política, cultura, a manutenção da ordem e de poder, em alguns casos, gerando conflitos; a religião se desvencilha do aspecto estritamente de ligação sagrada, e se torna princípio, e justificação de ações ideológicas.

Esse apoio entusiástico para a religião ao redor do planeta, infelizmente também é acompanhado por conflitos de inspiração religiosa. Assim como a religião pode ser fonte de consolo e apoio, ela também tem estado – e continua a estar – na origem de disputas e conflitos sociais intensos (GIDDENS, 2005, p. 506).

A tese acerca da secularização, como aponta Giddens (2005), a mudança que se pode destacar, são as transformações ocorridas principalmente nas religiões tradicionais, as mudanças internas e externamente das religiões tradicionais no mundo moderno, perdendo por vezes o poder que detinha como uma instituição reguladora da moral, mas sofrendo também como responsável, direta ou indiretamente por algo que vai de encontro com a tese de secularização, ou seja, o fenômeno do fundamentalismo religioso:

O termo **fundamentalismo** pode ser aplicado em muitos contextos diferentes para descrever a adesão estrita a um conjunto de princípios e crenças. O fundamentalismo religioso descreve a abordagem adotada por grupos religiosos, que defendem a interpretação literal das escrituras ou textos e acreditam que as doutrinas que emergem a partir dessas leituras devem ser aplicadas a todos os aspectos da vida social, econômica e política (GIDDENS, 2005, p. 506, grifos no original).

Os processos de mudanças ao longo da história, a modernidade e a secularização são fatores dos quais se defronta com parte da organização social, das quais algumas, o aspecto da tradição permaneça mesmo diante de tais transformações; neste sentido, podemos destacar as instituições tradicionais religiosas. Como parte da organização social, a religião produz sentido dentro da sociedade da qual se estabelece, e que não se pode desconsiderá-la como também uma aspecto cultural, dito isso, é possível perceber o fundamentalismo como um modo de visão de mundo, da qual busca manter a tradição e afirmação de identidade diante dessa modernização da sociedade, e como destaca Giddens (2005): “[...] a religião no mundo moderno tardio deve ser avaliada contra o pano de fundo das mudanças rápidas, instabilidade e diversidade” (GIDDENS, 2005, p. 505); organizações fundamentalistas se caracterizam por serem muito fechadas, por líderes religiosos que em maior parte se tornam grandes figuras, principalmente no campo político.

É um movimento que cresce “[...] principalmente em resposta à globalização. À medida que as forças da modernização enfraquecem progressivamente os elementos tradicionais do mundo social [...]” (GIDDENS, 2005, p. 507). O fundamentalismo se organiza por meio de referências baseadas na fé em defesa da tradição, em um mundo globalizado que as respostas se dão por meio da ciência e da razão, o fundamentalismo aparece como uma forma de responder às tensões e contradições decorrentes do desenvolvimento social do sistema capitalista, e a modernidade; ao qual a religião é guia direta para relações políticas, econômicas e sociais, ocasionando ou legitimando muitos dos conflitos atuais, que em grande

parte não são decorrentes da religiosidade, mas das intervenções e influência exercida pelo Ocidente no Oriente por conta de disputas territoriais e, ou controle da produção de petróleo.

Deste modo, ao problematizar o conceito *Fundamentalismo*, vincula-se inicialmente a tipologia do fundamentalismo religioso islâmico e oriental; o crescimento desse movimento do fundamentalismo, que se pauta na defesa da tradição, reflete de forma significativa em aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade. Ainda que nas últimas décadas, o fundamentalismo tornou-se destaque nas grandes mídias mundiais, tem-se que destacar que o fundamentalismo religioso está para além de um fenômeno exclusivamente presente no Oriente; originário da mesma forma tradicional religiosa, a religião islâmica e o cristianismo, apresentam aspectos, ao qual a defesa da tradição se destaca no conjunto da organização social por meio da religião, logo, o movimento de fundamentalismo religioso, está para além do Oriente, não sendo algo específico de um determinado lugar. Mas uma prática que se manifesta geralmente em resposta a possíveis rupturas na ortodoxia religiosa.

O fundamentalismo, como a própria epistemologia da palavra traz, remete a rigidez a princípios e regras, de interpretação literal dos textos religiosos. Assim, acreditamos que não é possível tratar do fundamentalismo, sem considerar a tese da secularização:

No final do século XIX, a incapacidade do mundo mulçumano de resistir efetivamente à disseminação da cultura ocidental levou a movimentos reformistas que buscavam restaurar o islã à sua pureza e forças originais. Uma ideia fundamental foi que o islã deveria responder ao desafio ocidental, afirmando a identidade de suas crenças e práticas (Sutton e Vertigans, 2005). (GIDDENS, 2005, p. 508)

Esse breve recorte do fundamentalismo islâmico, é importante para se destacar, como a princípio é compreendido o termo, contudo, o fundamentalismo não se manifesta apenas em uma religião específica, por meio das leituras bibliográficas, a desconstrução dessa ideia de que o fundamentalismo só acontece no Oriente tornou-se elucidada, de que esse movimento também está presente nas religiões cristãs de diversas formas:

O fundamentalismo cristão é uma reação contra a teologia liberal e os defensores do ‘humanismo secular’ – aqueles que ‘favorecem a emancipação da razão, desejos e instintos em oposição à fé e a obediência às ordens de Deus’ (Kepel, 1994). O fundamentalismo cristão se coloca contra a ‘crise moral’ causada pela modernização [...]. (GIDDENS, 2005, p. 510)

O propósito deste recorte fundamentalista, é de que, a religião como elemento da composição social, se faz presente em outros segmentos sociais, que se estende para além do sagrado; dentro das instituições que se organiza em uma sociedade. E neste trabalho, a ideia

proposta é de destacar a educação como um dos elementos em que a religião se faz presente, principalmente no caso do Brasil, e que o fundamentalismo vai mais além de atos específicos de violência explícita, como nos exemplos cotidianos no Oriente, ela também se faz presente no modo como a religião possa interferir de alguma forma, em diferentes espaços.

#### 1.4 O ESTUDO SOCIOLÓGICO DA RELIGIÃO NO BRASIL

Assim como muitos autores da Sociologia clássica, historiadores, sociólogos e outros colaboradores, se debruçaram na área de pesquisa sobre a religião de diversas formas de abordagens, no Brasil muitos pesquisadores continuamente, pesquisam as muitas formas de como a religião se correlaciona como parte da organização social. Particularmente, no presente trabalho buscamos destacar a relação do aspecto cultural da religião para com a educação, o modo como tem influenciado historicamente na educação básica brasileira.

Mesmo que por muito tempo a religião oficial permitida pelo Estado tenha sido o Catolicismo, outras religiões se constituíram base para a formação social e cultural do Brasil; por exemplo o protestantismo<sup>11</sup>, que data “a primeira aparição dele no cenário da Colônia Portuguesa deu-se em 1545, [...] a história do protestantismo brasileiro é considerada pelos historiadores como começada no Brasil pré-independente” (MENDONÇA, 2004, p. 49)

Os primeiros huguenotes, como assim eram denominados os protestantes de origem francesa, que pouco tempo permaneceram no Brasil Colônia, se encaixam na categoria acrescentada por Mendonça<sup>12</sup> à definição estabelecida por Camargo<sup>13</sup>, Mendonça define essa breve permanência dos huguenotes franceses, como protestantismo de invasão; ao que os mesmos, se ligavam a Colônia, por interesses exclusivamente financeiros. Os reformadores holandeses que se mantiveram por um período pouco maior que os anteriores, se instalando na Bahia em 1624, e ao tomar Olinda, em Pernambuco em 1630, com interesses comerciais da Companhia das Índias Ocidentais; deixaram para trás estruturas físicas marcadas na arquitetura da região, ao serem expulsos da colônia em 1654. O protestantismo só ganha

---

<sup>11</sup> Com base nas leituras ao longo da formação acadêmica, é possível entender como protestantismo, ao qual neste trabalho uso para essa finalidade, de que o protestantismo é usado para definir um conjunto de religiões que tem suas origens na Reforma Protestante, movimento reformista cristão do século XVI, cujo seus principais reformadores foram: na Alemanha Martinho Lutero, e na Suíça Huldreich Zwínglio e João Calvino. Esse conceito de protestantismo, popularmente conhecido como Evangélicos, aqueles adeptos das religiões reformistas, ou de outras oriundas dessas primeiras. Neste trabalho o termo protestantismo é usado principalmente para denominar as primeiras denominações religiosas cristãs, porém não católicas, que se estabeleceram no Brasil.

<sup>12</sup> MENDONÇA, Antonio Gouvêa (2004).

<sup>13</sup> CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas* (1973).

espaço no momento em que o Brasil se torna reino com a presença da corte portuguesa; seus cultos já começam a ser celebrados em 1820, com a restrição de não se ter a prática do proselitismo, ou seja, converter pessoas a sua religião.

A origem do protestantismo no Brasil se deu de fato no período republicano, pelo processo migratório de alemães e suíços, por volta de 1924, se organizando em igrejas de identidade luterana. Contudo, cabe lembrar que o luteranismo no Brasil também tem influências norte-americanas, dando ao protestantismo brasileiro a categoria de protestantismo de imigração, categoria essa, definida por Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1973):

[...] mantendo as pregações em alemão, abriu desde logo espaço para a cultura brasileira, celebrando cultos também em português. Voltando-se para a ‘conquista de almas para Cristo em qualquer língua que seja’ (LÉONARD, 1963. P. 255), a IELB, por sua feição ética, pode ser colocada na categoria de protestantismo de imigração; no entanto, por sua origem missionária e pela intenção de integrar-se à cultura brasileira, pode também ocupar espaço na categoria de **protestantismo de missão** (MENDONÇA, 2004, p. 52, grifo nosso).

Na história da educação brasileira poucos pesquisadores tratam da influência do protestantismo quanto às reformas e transformações para com a educação; no entanto é importante destacar como se deu essa colaboração e, em qual período histórico e o modo dessa influência na atual organização social do país. Historicamente o protestantismo clássico brasileiro é evidenciado, sobretudo por sua colaboração na educação, principalmente no ensino superior com suas muitas faculdades e universidades desde o século XX, seu modelo pedagógico e a ideologia liberal na qual o protestantismo tinha suas bases.

As influências do novo modelo educacional e pensamento político, no momento de tentativa de ruptura do regime monárquico, e as ideias liberais já se expandiam para o novo mundo, contribuíram para como a forma do protestantismo influenciaria na organização social daquele período.

A colaboração protestante à educação brasileira se deu de modo expressivo ao fundar em 1946, a Faculdade de Teologia em São Leopoldo (RS), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e logo a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), mantendo faculdades de teologia em Canoas (RS) e em São Paulo (SP) e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), deixam de enviar seus candidatos ao ministério pastoral na Alemanha, e de lá receber pastores, interagindo cada vez mais com a sociedade brasileira, e conseqüentemente coadjuvando a estrutura educacional no país; ao longo dos anos, muitos missionários vieram para o Brasil, e estabeleceu-se assim as tradições da Reforma até o fim do Império.

Em meio a algumas crises e tentativas de organização das igrejas protestantes, ainda assim o protestantismo histórico se consolidou, principalmente pelo modo como buscavam se inserir na sociedade brasileira; a constante que de adeptos do catolicismo, após este já não ser a única religião permitida pelo Estado, colaborou ainda mais com o avanço do protestantismo. O modo de relação social das religiões protestantes para com a sociedade brasileira, teve muita influência da corrente teológica, protestante Evangelho Social na década de 1930, agregando ocasiões de sociabilidade, por meio de jogos, teatro, esporte e biblioteca de cunho religioso.

Tratando-se diretamente de outras formas de como o protestantismo colaborou com a educação brasileira, podemos destacar que:

Os colégios protestantes, seguidos de seus cursos superiores, embasados na pedagogia pragmática norte-americana, decerto contribuíram para reformas pedagógicas, inicialmente no Estado de São Paulo (AZEVEDO, 1958. t. III, p. 140), estendendo-se depois para outras regiões do país. Colégios técnicos, particularmente para o ensino de novas técnicas agrícolas, foram criados pelos presbiterianos. Cursos superiores voltados para novas tecnologias urbanas, industriais e comerciais passaram a ser oferecidos, por exemplo, pelo Mackenzie College, em São Paulo (GOMES, 2000; HACK, 2002). As demais denominações históricas, [...] também estenderam significativas redes de escolas, faculdades e universidades, dentro do mesmo espírito pragmático do protestantismo (MENDONÇA, 2004, p. 63).

Além disso, a educação protestante tinha como finalidade outro sistema educacional:

A educação missionária encontrou no Brasil, [...] o melhor campo para implantar seu pragmatismo pedagógico. Além do atraso do Brasil no campo tecnológico-industrial, encontrou um sistema educacional voltado exclusivamente para o humanismo, para a formação de bacharéis, o que levou as missões a dar mais atenção ao que julgavam mais premente, introduzindo um projeto mais prático e profissionalizante (MENDONÇA, 2004, p. 64).

Não seria possível, tratarmos da presença protestante na educação brasileira sem pontuarmos o momento histórico e político daquele período; os protestantes que já se mantinham no Brasil, inicialmente pouco se associavam as pautas políticas naquele momento. Contudo, os ideais republicanos e liberais que se estabelecia por toda Europa, já alcançava as novas elites progressistas brasileiras, principalmente os filhos dos comerciantes e fazendeiros que partiam para a Europa, buscando formação acadêmica, que ao retornarem, traziam consigo os ideais progressistas que se iniciava no continente europeu, dando assim o princípio da passagem do período monárquico ao republicano; o momento dessa adesão à presença dos ideais republicanos e liberais em que o protestantismo se estabelecia naquele período no



Brasil, colaborou de forma a destacarmos, para com os aspectos políticos, reformas educacionais futuras e históricas no Brasil.

A ideologia protestante vinha ao contrário a hegemonia já estabelecida pela Igreja Católica; como destaca Vieira<sup>14</sup>:

Foi somente a partir da segunda metade do século XIX que os protestantes, de origens missionárias, desembarcaram em portos brasileiros. Originários, principalmente, do movimento de expansão missionária norte-americana do Sul dos Estados Unidos, Metodistas, Presbiterianos, Batistas e Congregacionais chegaram ao Brasil com propósitos idênticos de evangelizar e educar a nação. Uma das conseqüências imediatas dessa presença foi o abalo da hegemonia estabelecida pela Igreja Católica no campo religioso, político e cultural (VIEIRA, 2002, p. 01).

Estabelecendo um diálogo entre os autores trabalhados, mas destacando Vieira (2002) e Jardimino<sup>15</sup> (2004), a efetiva participação protestante na educação brasileira atendia aos interesses da elite sustentada pelo ideal de progresso por meio da educação, parte da ideologia liberal; logo o protestantismo rompia com os valores antigos da Igreja Católica, oferecendo um novo modo de se ver o mundo, a partir de um mundo moderno; somente a doutrina religiosa não seria capaz de transmitir o aspecto cultural e ideológico pretendido, a educação formal foi o meio principal, para conseguir a predominância em uma sociedade estabelecida nos princípios católicos, ao qual a sociedade naquele momento, se fazia contrária ao novo pensamento que expandia, atingindo os principais eixos de organização da sociedade, a política, a cultura e a religião.

Este protestantismo oferecia para aqueles desejosos de uma reforma nos modos sociais e econômicos da época um rompimento com os antigos valores representados pela Igreja Católica e sua sociedade provincial, sacralizada, hierarquizada, elitista e aristocrática. Muito mais do que uma simples forma de se expressar uma fé num Deus, o protestantismo, era, antes de tudo, uma nova visão de mundo, um passaporte para o mundo moderno, vindo dos Estados Unidos como uma bandeira viva do progresso (VIEIRA, 2002, p. 03).

Precisamente, com uma nova influência religiosa na estrutura educacional brasileira, ocorreria tensões para com a Igreja Católica hegemônica no ensino; com o seu diferente modelo pedagógico, o ensino educacional de base protestante, ao qual se destaca as habilidades individuais do sujeito e o método racional de aprendizagem, “[...] a pedagogia era exercida com um espírito prático experimental, com a finalidade de propiciar habilidades

---

<sup>14</sup> Cesar Romero Amaral Vieira. Pesquisador nos seguintes eixos temáticos: História e Memória das Instituições Escolares Protestantes no Brasil; e, História e Política Educacional no período da transição do Império para a República.

<sup>15</sup> JARDILINO, José Rubens Lima (2004).

especiais aos indivíduos” (JARDILINO, 2004, p. 90) estabelecendo um ensino prático juntamente com o teórico, modelo oposto ao mantido pelo Estado anteriormente, o qual se demonstrava débil em sua estrutura.

A ideologia, base do pensamento liberal e do protestantismo está primordialmente ligado aos princípios da Reforma Protestante no início do século XVI; o período do qual tratamos nesse tópico, retrata a passagem de modelos politicamente organizacionais, econômico e cultural, em que a concepção de dominação, especificamente em sociedades coloniais, como no Brasil, que o modelo português desejava manter por meio da dominação do ideário católico. Com os Estados Unidos em cena a partir do século XVIII e o protestantismo que dele era oriundo, percebe-se o desejo de estabelecer no Brasil uma dominação cultural e religiosa de cunho protestante. Esse período ficou marcado por revoluções de independência, as elites locais buscaram por meio da educação protestante suprir boa parte das pautas colocadas em questão, o rompimento hegemônico com a Igreja Católica e a incitação de um Estado laico, ao qual o protestantismo se destaca como parte importante das fontes de instalação do Estado liberal por toda a América Latina (Jardilino, 2004).

A maior preocupação da elite naquele momento era a ascensão educacional de sua classe, de melhorar a preparação para ingresso ao nível superior e atender as necessidades do Império, de ter a mão de obra necessária para o desenvolvimento da colônia, médicos, advogados, engenheiros, para tal objetivo, o principal meio seria o da criação de novas universidades. A garantia dada pela Constituição de 1824, à instrução pública primária a todos os cidadãos do Império, ajustavam-se às necessidades do Estado Moderno que surgia, ia de encontro com o que de fato acontecia, um ensino provincial insatisfatório, mantendo às camadas mais abastadas o acesso à educação, principalmente de forma particular, distante de um sistema público e gratuito, o que carecia ser destinado a toda população.

A crítica que se faz à educação de orientação protestante é que seus colégios atendiam prioritariamente as classes altas e a burguesia ascendente (GOMES, 2000a; 2000b), com a finalidade de formar uma nova cosmovisão. Aos filhos dos operários camponeses restava a educação deficitária que estava na mão do Estado, que, embora defendesse os ideais liberais, jamais conseguiu difundir-los a esses setores (JARDILINO, 2004, p. 90).

Contudo, os ideais da ideologia liberal: individualismo, liberalismo e pragmatismo fazia-se presente nos colégios protestantes; a pedagogia e o modo de relação estabelecida, rompia com o autoritarismo desenvolvido nos colégios denominados laicos do Estado e os

colégios eclesiásticos; desenvolvia e incentivava o debate, a formação de associações de estudantes, iniciando na escola, um primeiro lugar de democracia, desenvolvendo o corpo e a mente, por ser as escolas protestantes a incentivar o esporte, como parte da sua pedagogia; seu primeiro colégio, data de 1867, na região de Campinas/ SP, o Colégio Internacional.

Jardilino (2004) destaca como a escola protestante e suas ênfases pedagógicas se estabeleciam naquele período, citando nomes que se fizeram importantes na história da educação:

É possível perceber esse desejo de mudança da Escola brasileira a partir da organização e da flexibilização dos currículos, da organização do espaço escolar, inclusive salas de aula, e dos padrões didáticos, com incremento das novidades em matéria de ensino e aprendizagem, e a novidade maior: o regime semestral no calendário escolar (RAMALHO, 1976). Por outro lado, havia uma total desprezo pelos ‘exames’ escolares de cunho escolástico. Toda essa modernização no método educacional foi apontada pela intelectualidade brasileira. Já, como bem destaca Mendonça (1991a), a importância do método educacional protestante nas mudanças pedagógicas desde o império à Primeira República pode ser inferida por um fato considerável: o trabalho de miss Marcia Brown na comissão que preparou a Reforma do Ensino Primário em São Paulo no ano de 1890 ao lado de importantes educadores brasileiros, entre eles o professor Caetano Campos. (JARDILINO, 2004, p. 89)

A construção da escola protestante no Brasil se fez com bases ideológicas de um modo de organização e de se pensar no mundo que se expandia; o novo mundo moderno tinha suas necessidades a serem supridas, e o modelo pedagógico humanista clerical, e o ensino mantido pelo Estado, ambos só favoreciam as classes mais altas da sociedade, e naquele momento a necessidade era de uma escola de cunho tecnicista e instrumental, onde a instrução dedicada ao mundo do trabalho, em que os diversos níveis de profissionalização, se fazia necessário para melhor desenvolver o país do século XX, e claramente um ensino público para as massas se fazia rapidamente necessário. O modelo de ensino protestante, foi entendido como o melhor meio de difundir os ideais do liberalismo, suas práticas pedagógicas flexíveis (Jardilino, 2004)<sup>16</sup>, valorizava o desenvolvimento educativo de formar o indivíduo para a vida; as práticas ao longo dos anos se aproximava da Escola Nova desenvolvida por Dewey, onde a aprendizagem se faz de forma dinâmica, incluindo em seus cursos matérias ainda não exigidas por lei, como Sociologia, Psicologia, Filosofia, Lógica, Ética,

---

<sup>16</sup> JARDILINO, José Rubens Lima (2004).

A partir da leitura de fragmentos tomados de empréstimo da obra de Jether Ramalho, o autor do capítulo usado nesse trabalho, José Rubens Lima Jardilino, destaca dos principais colégios protestantes como Colégio Mackenzie, Colégio Bennett e Colégio Batista, o modo como estes se organizavam, seu modelo pedagógico, e seus princípios básicos.

proporcionando conhecimento intelectual a seus alunos. Jardimino elenca algumas pontuações na educação brasileira feitas a partir do liberalismo:

Uma escola pública para formar o indivíduo por competências em escolas diferenciadas;  
Uma formação para desenvolver habilidades do indivíduo – *lesavoirfaire*;  
Uma separação inaceitável entre uma escola pública para o povo e uma escola privada de preparação para as elites chegarem às academias atuais;  
Massificação do ensino básico em detrimento de sua universalização com qualidade.  
(JARDILINO, 2004, p. 100)

Com todos os fatores elencados, é possível destacar a importância significativa para o modo o qual se encontra organizado o sistema de ensino público no Brasil; as contribuições feitas ao ensino por meio dos colégios protestantes, as quais primeiramente se deu no Estado de São Paulo, e depois se estendeu aos demais colégios e instituições educacionais. A renovação metodológica e curricular incluíram pontos importantes, como destaca Vieira (2002) a introdução da co-educação, o que diferente ocorria nos colégios eclesiásticos, dando dignidade a formação da mulher enquanto indivíduo integrante da sociedade, colaborando para o rompimento do preconceito referente a sua formação, a ênfase dado ao aspecto científico, de forma a inovar o tradicional currículo clássico antes estabelecido, e mesmo que toda educação esteja vinculada a fatores ideológicos, ainda assim os colégios protestantes, mesmo que mantendo uma perspectiva religiosa, não anulam a necessidade do conhecimento científico, de modo prático ou teórico; o princípio da liberdade religiosa nas escolas e a não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, advém das transformações, reformulações, renovações e as novas técnicas oriundas do pensamento educacional protestante.

## CAPÍTULO 2: O CATOLICISMO NO PROJETO JESUÍTICO

Quando pensamos na contribuição jesuíta para a educação brasileira, lembramos de seus colégios e a catequização dos indígenas que habitavam o novo território português; o período de permanência dos padres jesuítas no Brasil acarretou ainda outras influências significativas para com as intenções da coroa portuguesa, foi até, o que se poderia dizer, o meio pelo qual a coroa conseguiu formar uma estrutura social, econômica e administrativa naquele momento na colônia brasileira. A contribuição jesuítica para essa estrutura pode ser definida: “levando-se em consideração quatro aspectos: os objetivos do Projeto Português para o Brasil; o Projeto Educacional Jesuítico; a própria estrutura social brasileira da época; e o modelo de homem necessário para a época colonial” (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 170).

A Companhia de Jesus surgiu como um meio de tentar neutralizar os avanços da Reforma Protestante; a companhia foi uma ação da Igreja Católica na Contra-Reforma, usando a educação (leitura e escrita), a ação missionária, a manutenção da fé católica e o ideal de homem cristão nas terras colonizadas. A união entre a Igreja e o Estado português para a colonização brasileira pode ser dividida em duas fases, trataremos da primeira, a qual a companhia, vem para o dito “Novo Mundo”, com a proposta de através da fé católica, ensinando-os a ler, escrever e os catequisando, uma aproximação como os habitantes locais, inculcando-lhes, o modelo de homem ideal para aquela época, o homem cristão:

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé (RAYMUNDO *Apud* SHIGUNOV NETO, 2008, p. 171).

Criada por Inácio de Loyola no século XVI na Europa, especificamente em 1540, a Companhia de Jesus, formada por padres jesuítas, foi primeiramente um modo de difusão da cultura e religião de Portugal na nova colônia; o projeto jesuítico era também uma transformação da realidade social, a catequização dos índios visava transformar o modo habitual de organização daquele povo; a coroa tinha necessidade de ter braços a seus serviços, de exploração e extração das riquezas locais.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em ‘homem civilizado’, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma ‘nova sociedade’. Essa

preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à ‘nova relação social’ e ao ‘novo modo de produção’. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 174).

O projeto jesuítico não só se resume a aproximação e catequização dos indígenas, foi parte da transformação social e a nova estrutura pretendida pela coroa; a aculturação sobre os habitantes locais, perpassava além da religião oficial de Portugal, a religião foi um meio pelo qual, a coroa usou para incorporar ao índio os costumes brancos, uma aproximação, para ter daquele gentio, a força necessária para seus principais interesses de extração das riquezas encontradas no novo território; devido a todas as dificuldades logísticas em relação a Portugal, em ser um lugar desconhecido, poucos se arriscavam a vir para uma terra incógnita. Então se obtivessem a confiança e aproximação com o índio, basicamente teriam a mão de obra necessária para concluir um de seus principais objetivos na colônia.

O projeto educacional jesuítico, organizado pelo Padre Manoel de Nóbrega, tinha como estrutura:

[...] na primeira fase, considerada como do ensinamento dos estudos elementares, era constituída pelo aprendizado de português, do ensinamento da doutrina cristã e da alfabetização. Para a segunda fase do processo de aprendizagem idealizado por Manuel da Nóbrega, o aluno teria a opção para escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar. Como prêmio para os alunos que se destacassem nos estudos da gramática latina, previa-se o envio em viagem de estudos aos grandes colégios de Coimbra ou da Espanha (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 176).

Contudo, esse método de aproximação, para obter um dos principais objetivos pretendidos pela coroa, não teve êxito; o índio que antes era visto com admiração, vistos como exóticos, passam a ser vistos como um obstáculo ao projeto da coroa; a tentativa de transformação do índio no ideal de homem branco, cristão, que se subordinaria a jornadas de trabalho, diferente da sua cultura de apenas sobrevivência, e não de acumulação, então, o abandono da catequização dos indígenas ocorreu.

Esse período de aproximação com o indígena e a tentativa de convertê-lo aos costumes do homem português, já se passou quase um século, é então que o segundo momento do período jesuítico ocorre; já se tinha uma pequena sociedade formada na nova colônia, o desenvolvimento do sistema educacional jesuítico, colabora para a formação dos filhos de alguns colonos portugueses que já residiam na colônia.

## 2.1 O MÉTODO EDUCACIONAL JESUÍTICO

O método educacional usado pelos jesuítas foi o *Ratio Studiorum*, formulado como um manual para as práticas direcionadas às aulas, dividido em três cursos, sendo um curso secundário, de formação humanista e dois cursos superiores, de teologia e filosofia, de caráter profissional. Segundo Shigunov Neto (2008):

Inicialmente os padres jesuítas dedicaram-se à catequização e à conversão do gentio à fé católica, mas com o passar dos anos começaram a se dedicar, também, ao ensino dos filhos dos colonos e demais membros da Colônia, atingindo num último estágio até a formação da burguesia urbana, constituída, principalmente, pelos filhos dos donos de engenho. Esses jovens, que após o término de seus estudos no Brasil partem para estudarem na Universidade de Coimbra, vão impulsionar muito mais tarde o espírito nacionalista. Por meio de seu ensino e sua metodologia, os jesuítas exerceram grande influência sobre a embrionária sociedade brasileira, constituída pelos filhos da classe burguesa. (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 182)

Mesmo com a contribuição jesuítica ao ensino no período colonial, muitas críticas surgem a seu método, por ser primordialmente orientada por métodos autoritários e conservadores, não abrindo lugar para novas línguas no seu projeto educacional, não apresentando uma plasticidade a novas necessidades. O conservadorismo no projeto jesuítico foi um empecilho ao novo movimento que surgia na Europa naquele momento do século XVIII, o Iluminismo e os ideais liberais do Estado Moderno, que necessitava de um novo modelo de homem, o homem burguês. Consequentemente ocorreu a expulsão dos jesuítas, devido a esse novo movimento que ascendeu por toda a Europa e logo, a todas as colônias; a expulsão dos jesuítas está muito ligada a questões políticas e ideológicas daquele momento, o rompimento com os jesuítas não foi um fato só do Brasil; as reformas educacionais feitas por Marquês de Pombal posteriormente, visavam adaptar as necessidades que viriam com a nova estrutura política e ideológica que ocorria na Europa.

(...) deve ser considerada a hipótese de que, para além de todas as motivações de natureza ideológica de fundo mais ou menos iluminístico, o fenômeno da expulsão dos jesuítas da Península Ibérica se liga fundamentalmente a uma dada conjuntura imperial quer de Portugal quer de Espanha. É que no Brasil as minas de ouro tendiam para a exaustão, o que tornava necessário rever e recondicionar uma nova política geral para com a grande colônia sul-americana, sem a qual Portugal não fazia sentido no mundo de então. Ora, o tradicional papel dos jesuítas no Brasil – a sua força ideológica e até econômica – impedia ou dificultava esse recondicionamento da política luso-brasileira (SERRÃO *Apud* SHIGUNOV NETO, 2008, p. 183).

O modelo de ensino jesuítico respondeu justamente aos objetivos da coroa na colônia, o ensino humanista, a formação do homem ideal, o trabalho como finalidade educativa, e ainda gerava lucros a coroa, com suas grandes fazendas e engenhos. Contudo a maior contribuição jesuítica ao período colonial e a todo histórico educacional do país:

de fato, em grande parte pela influência dos padres que se preparou a base da unidade nacional na tríplice unidade de língua, de religião e de cultura, em todo o território. Nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico, na defesa e conservação da língua culta. (AZEVEDO *Apud* SHIGUNOV NETO, 2008, p. 186)

Com a expulsão e o conseqüente término da presença da Companhia de Jesus no Brasil, no final de 1759, não se pode desconsiderar a sua contribuição ao período colonial, suas obras e suas ações colaboraram para toda a estrutura social posterior; a companhia não agia por si só, era ligada à Igreja e ao Estado. O longo período de permanência dos jesuítas, foi o que podemos dizer como o início da educação brasileira com o ensino formal.

Contudo, e como nos lembram Azevedo (1976), Serrão (1982) e Holanda (1989), a Companhia de Jesus não foi a única ordem religiosa que atuou na Colônia brasileira, mas foi sim aquela que mais destaque teve e a que primeiro desembarcou. Os membros das demais ordens, como os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos, somente se instalaram e iniciaram seu trabalho por volta de 1580, e, diferentemente dos jesuítas, não tinham na função educadora sua principal atividade. Assim, pode-se supor que os jesuítas possuíam um projeto educacional, que, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil, tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental e acabou contribuindo para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da Colônia brasileira. (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 188)

Todavia, a presença da Igreja nos assuntos educacionais permaneceria pouco abalada. A vinda da família real e mesmo ao longo do período imperial manteria o país atrelado aos princípios religiosos. Nesse cenário, de modo geral, a instrução permaneceria sob os cuidados do clero.

## **2.2 O PERÍODO IMPERIAL E A EDUCAÇÃO**

A nova estrutura vigente do Estado Moderno criou necessidades de mudanças; mudanças de forma econômica, social, cultural e educacional. O novo ideal liberal carecia de um novo projeto educacional, a alternativa de caráter emergencial daquele momento:



Quanto à situação do ensino na Colônia, foi encontrada uma solução paliativa, através das chamadas **Aulas Régias**. Eram aulas avulsas, sustentadas por um novo imposto colonial, o ‘subsídio literário’ [...]

Essas aulas deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos Colégios. Através delas, aquela mesma reduzida parcela da população colonial continuava se preparando para estudos posteriores na Europa. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 52, grifo do autor)

As Aulas Régias foi a solução imediata encontrada para suprimir a necessidade da continuidade da formação na Colônia, contudo, esse processo foi de longa demora para sua implementação, e insuficientes em qualidade e quantidade, afetando a preparação dos estudantes para a academia na Europa.

O cenário político e econômico de Portugal, acarretou na formalização da Proclamação da Independência (1822); a transferência da coroa portuguesa para a colônia, era necessário condições para permanência da mesma, logo estruturas administrativas e não menos educacionais se faz imprescindível a melhoria.

Foi assim que criaram os nossos primeiros cursos superiores, como a **Academia Real da Marinha** (1808) e a **Academia Real Militar** (1810), para a formação de oficiais e engenheiros civis e militares; os cursos de **Cirurgia, Anatomia e Medicina** (1808- 1809), para formar cirurgiões e médicos para a Marinha e o Exército; e os cursos para formação de técnicos, em áreas como a economia, a agricultura e a indústria.

Criaram-se ainda o **Jardim Botânico**, o **Museu Nacional** e a **Imprensa Régia**, a qual possibilitou o nascimento do jornalismo brasileiro, de conseqüências decisivas para a difusão de idéias políticas entre as elites do país. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 55, grifos do autor)

As ações feitas após a Reforma Pombalina foram insuficientes para as necessidades da colônia naquele momento; sem um meio eficaz de organização educacional, mesmo com a criação dos cursos superiores e técnicos; a necessidade era não de uma reforma, mas sim de uma criação de um Sistema de Instrução Pública. No entanto a maior preocupação era com o ensino de elite e a criação de novas Universidades.

A Constituição de 1824, garantia a instrução primária a todos os cidadãos do Império, contudo o decreto da instrução pública não dispunha das condições materiais de sua implantação; o Ato Adicional Diogo Feijó (1834) transfere a competência das Escolas de Primeiras Letras aos governos provinciais.

As Escolas de Primeiras Letras, segundo o texto do decreto que as instituíra, deveriam ensinar a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo, as noções mais gerais da geometria prática, a gramática portuguesa e a doutrina católica. As escolas destinadas às meninas, uma vez que não se cogitava em co-educação, deveriam substituir a geometria pelas “prendas domésticas”.

O método de ensino deveria ser o **Lancaster e Bell**, ou seja, o da monitoria ou ensino mútuo [...]. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 64, grifo do autor)

O momento de consolidação da Independência, a preocupação do governo se pauta nos aspectos políticos e econômicos; o crescimento da população das camadas médias e populares carecia de subsídios para ajustar-se as necessidades do Estado Moderno. A instrução pública não era uma necessidade primordial a um Império agroexportador e escravocrata; o ensino implantado precariamente, tanto a formação e a remuneração dos professores, a qualidade e a quantidade, foge do que na Constituição recomendava-se ser “a todos os cidadãos do Império”, que fato não aconteceu.

O Ensino Superior, em especial os cursos jurídicos, representava um interesse real do novo governo e uma necessidade urgente para a confirmação do rompimento com a Metrópole. Não se podia admitir que o Estado Nacional não estivesse em condições de formar pessoal para compor os seus quadros políticos, técnicos e administrativos. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 65)

A instrução pública elementar naquele momento não é preocupação maior do Estado; esta não traria retorno necessário ao Império, retornos imediatos às necessidades políticas e administrativas. Contudo a instrução pública instituída na Constituição, a responsabilidade concedida as provincianas, não provinha um ensino de quantidade e qualidade; desenvolve-se nas capitais provinciais a instrução por meio de outras ordens religiosas ou instituições particulares de ensino, cabendo às camadas mais altas o acesso ao ensino. A instrução por meio da iniciativa privada das camadas mais altas da sociedade, para com o objetivo de acesso a ensino superior, mantinha a hierarquia de apropriação do conhecimento, levando a um sistema de ensino para a elite, base das prioridades educacionais daquele momento.

A institucionalização da instrução pública no Império, desenvolveu a partir de interesses políticos e administrativos em benefício da elite local; a sua maior preocupação era para com o ensino superior, fornecendo subsídios maiores para sua manutenção. A instrução pública e elementar instituída na Constituição, mesmo decretada que passaria ser de competência das províncias, as suas más condições de manutenção permanecia; a instrução por algumas outras ordens religiosas e seminários, ou por preceptores, para aqueles que poderiam subsidiar particularmente; a instrução secundarista, dava-se nos liceus provinciais que acabavam por receber em maior parte as camadas mais altas do Império. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994).

Não podemos deixar de considerar, que a população brasileira daquele período era composta de trabalhadores braçais, negros escravizados e mineradores, cuja educação formal

era uma realidade muito improvável; nem mesmo as meninas filhas das camadas mais altas não tinham o acesso pleno ao ensino, visto que recebiam o ensino elementar em casa e ensinamentos domésticos. O maior número de estudantes são meninos, que após o ensino secundário, ingressam ao ensino superior, para então, em sua maioria, constituir a parte administrativa da colônia. A grande importância dada pela coroa para os cursos de Ensino Superior, a proliferação desse ensino por todo o território, e seus muitos recursos, tornava cada vez mais distante a pressão social para os ensino público elementar e técnico.

O ensino no Império se dá prioritariamente ao Ensino Superior, o ensino elementar em sua maioria para as camadas médias e altas da Colônia se dava por âmbito familiar, e o ensino secundário, após o fim das atividades jesuíticas, outras denominações religiosas, e instituições particulares, e aulas avulsas, tratavam dessa formação; a descentralização do ensino, colocava a responsabilidade do ensino primário e secundário às províncias, e que de fato, os poucos liceus provinciais não supriam a demanda, e em sua maioria se instalavam nas capitais provinciais dificultando o acesso ao ensino, dessa forma o ensino brasileiro se caracterizava por ser primordialmente destinado as classes mais abastadas .

O resultado inevitável da divisão de competências no âmbito da instrução pública, considerando-se particularmente a penúria em que se encontrava grande parte das províncias, foi a consumação do caráter crônico da precariedade da oferta de escolas elementares em nosso país e a proliferação do ensino secundário particular. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 74)

Enquanto a legislação do ensino no Período Imperial, pouco se fez, a divisão de poderes concedida às províncias, mesmo que indiretamente se subordinava ao governo central; o ensino elementar por todo o território se dava pelas Escolas de Primeiras Letras do Decreto de 1827, uma das primeiras leis que estabeleceria a obrigatoriedade do ensino e sua gratuidade, foi a Reforma Couto, ou Regimento de 1854, contudo vetada o acesso aos escravos e criaria classes especiais a adultos; o decreto de obrigatoriedade e gratuidade, ainda que com vetos, não foi suficiente para a demanda, visto que a formação de professores para esse tipo de ensino, eram poucas escolas para a formação de profissionais, somente um total de seis por todo país até 1860, mas somente a formação dos professores ao magistério, não solucionaria o problema, visto que a carreira deste profissional que pouco era remunerado, as escolas também fechavam por falta de alunos.

A preocupação em estar em semelhança ao que ocorria na Europa, os ideários progressistas, não cabiam naquele momento a ser reproduzido; os ideais republicanos que se iniciavam, os movimentos abolicionistas, o processo de imigração, o que logo abarrotou a

região sudeste, causando um grande contingente de pessoas, após a produção rural dispensar muitos trabalhadores, o momento social, político e econômico daquele período influi no modo como se organizaria o ensino; o ensino técnico-profissional surge nesse período como ocupação a esse excedente populacional, chamada de escolas para desvalidos.

A reforma mais importante do período Imperial, foi a reforma educacional Leôncio de Carvalho de 1879, a qual traça normas aos ensinos primários e secundários e dispunha sobre o ensino superior, estabelecia liberdade de pesquisas às instituições superiores, especificou condições para o funcionamento de instituições de ensino particulares; mantinha a obrigatoriedade do ensino, dos 7 aos 14 anos, e eliminava a proibição dos escravos. A reforma ainda recomendava a criação de mais Escolas Normais, essa reforma não se deu por benevolência, o momento político que se instauraria em breve, rogava de mudanças, e mesmo com tantos pontos expostos na reforma, se mantinha ainda uma restrição.

Essas escolas eram ainda limitadas pelas restrições quanto à vinculação de opiniões de crenças. A religião católica, pela Constituição Imperial, era a religião do Estado. Isso obrigava os professores públicos a prestar juramento à fé católica e proibia às escolas privadas defender princípios contrários a essa religião. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 90)

Com o movimento de imigração de trabalhadores para, principalmente trabalharem no ciclo cafeeiro, muitos como substituição do trabalho escravo, ou para as empresas inglesas que aqui se instalaram, em maioria esses imigrantes de fé protestante, desencadeia no debate que antecederia a Reforma Educacional de 1879, a qual concedia a liberdade de crença, dando condições de permanência aos imigrantes, e favorecendo interesses mercadológicos ingleses no país.

Das leis do período imperial, a Lei Saraiva de 1881, junto com a Constituição de 1824, reservava direitos primordialmente às camadas altas daquela sociedade, a qual essa mesma lei que veio com o intuito de objetivar o voto direto, é a mesma que restringia analfabetos, e despossuídos economicamente a participarem do meio político, afastando as camadas médias como os comerciantes e industriais; a lei trazia a descriminalização pela instrução, rumo a o período republicano, o país estaria longe dos ideais progressistas europeu.

### **2.3. A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO “LONGO” SÉCULO XX**

Com a Proclamação da República em 1889, os movimentos políticos e os ideais progressistas que chegaram ao país, o movimento abolicionista, a nova ordem política de

eleições diretas, acarretariam mudanças por toda a organização na primeira e nova República; as mudanças no campo político, não alterariam a situação econômica e tampouco a educacional, mantinha-se no poder o ciclo do café como organização das oligarquias e controle do Estado.

O ensino elementar nas primeiras décadas da República, manteve-se igualmente ao final do Império, o pouco interesse na expansão do ensino se dava principalmente pela manutenção do poder pela instrução, no acesso a política, ao que antes se restringia como critério eleitoral a instrução e a renda; com a Constituição Republicana de 1891, elimina o critério de renda, mas mantém a restrição pela instrução, mantendo assim o acesso a participação política a elite letrada e restringindo o voto ao analfabeto.

Esse cenário quanto a importância ao ensino público só começa a mudar quando a necessidade de ampliação do corpo eleitoral se faz por volta da década de 1910; ainda se mantinha a descentralização quanto ao ensino, mantendo a responsabilidade do ensino elementar aos estados, reservado ao governo central, a criação de escolas superiores e secundárias em todo o país, o que, perdurava a precariedade no ensino primário. A centralização do ensino se mantinha na região sudeste, muito pelo maior desenvolvimento econômico e a pressão social de ampliação do ensino público.

A República Velha (1889-1930), proporcionou muitas reformas para com o ensino, a maior durante todo o período republicano; ao ensino secundário foi introduzido noções de Sociologia, Moral Direito e Economia Política, a tendência positivista se instaurava.

“A grande inovação do período foi, sem sombra de dúvida, a **laicização do ensino público**. Era fruto da separação que a Constituição Republicana estabelecia entre Estado e Igreja”. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 106, grifos nossos). A laicização do ensino, fez com que outras instituições religiosas expandissem colégios privados, incluindo novas técnicas educacionais no currículo, como as técnicas norte-americanas.

O positivismo como uma nova corrente de pensamento, que juntamente com o ideal republicano e progressista, procurou desagregar os modos tradicionais de poder e política daquele momento no país, no qual o tradicionalismo das oligarquias, o forte poder da Igreja para com o Estado era posto em questionamento. O movimento que se criara naquele momento vinha de frente com o que se mantinha por muito tempo, de forma absoluta, do discurso de que as elites privilegiadas deveriam assim se manter; tanto no aspecto político, quanto não menos que na educação, na economia e principalmente no aspecto social esse movimento viria provocar, ao menos questionar muitas mudanças.

O ideal progressista que provinha da Europa, e que se expandia rapidamente, o que estimulava as reivindicações quanto a instrução educacional, tendo então o governo, dar as exigências de reivindicação de ampliação do ensino.

As camadas médias, e mais particularmente a sua parcela instruída, mais que nunca influenciadas pelas doutrinas liberais europeias e norte-americanas, reivindicavam a democratização do regime político e do sistema escolar. [...]

A bandeira da universalização da escola era empunhada por progressistas das camadas superior e média à cata de alianças com setores populares e embalados pelo ideário político moderno. Era levantada ainda pelos conservadores, preocupados com o controle das camadas populares, principalmente diante da ameaça representada pelos imigrantes, que deveriam ser integrados aos “valores e costumes” nacionais. E, finalmente, pelos movimentos operários do período, bastante significativos, que exigiam a universalização dos direitos de cidadania, entre eles o acesso à instrução. (XAVIER, RIBEIRO & NORONHA, 1994, p. 117)

Logo, todo esse movimento de democratização do ensino, a medida com que vai avançando, a necessidade de mudanças para com a educação no Brasil acompanha principalmente com as necessidades econômicas, sociais e a ordem política, o que é possível ver a partir da década de 30, marcada pelo Manifesto dos Pioneiros e outras reformas educacionais que colaboraram para a estruturação do ensino no país.

## **2.4 REFORMA FRANCISCO CAMPOS, REFORMA CAPANEMA E O MANIFESTO DOS PIONEIROS**

A luta do movimento renovador no início de 1930, teve por objetivos mudanças significativas de forma ideológica e principalmente práticas; a mudança na base educacional brasileira, buscava naquele momento três principais objetivos, que eram estes: a laicidade, a institucionalização da escola pública e a coeducação. Contudo esse movimento gerou conflitos entre educadores, a reforma educacional não era unanimidade.

Logo, dois grupos se definiram: o dos que promoviam e lideravam as reformas e o movimento renovador, e o dos que, em sua maioria católicos, combatiam sobretudo os três aspectos acima citados. A Igreja Católica, que até então praticamente monopolizava, no Brasil, o ensino médio, estava, desde a proclamação da República, agastada com a laicidade do ensino, instituída pela 1.<sup>a</sup> Constituição República. Agora, em face do alcance do movimento renovador e em face principalmente, das reivindicações que este fazia entorno da necessidade de se implantar efetivamente o ensino público, de âmbito nacional obrigatório e gratuito, ela se via ameaçada de perder aquele quase monopólio. (ROMANELLI, 2003, p. 143)

A reivindicação para essa reforma educacional iria de encontro como o monopólio da Igreja católica e o privilégio das elites de pagar pelo ensino. O novo modelo educacional

proposto, com o Estado assumindo o controle, devendo a educação tornar-se gratuita e obrigatória, a Igreja acreditava que não seria possível o Estado manter esse novo modelo educacional; o movimento renovador visava a educação para todos.

Com a forte influência da religião nas bases educacionais, desde o período colonial com os jesuítas, o Estado agora deve tratar a educação de forma laica, desconsiderando a base católica vigente, visto a diversidade presente na sociedade, a educação laica seria imprescindível.

O Manifesto dos Pioneiros, é uma forma de objetivar o novo modelo educacional proposto por seus idealizadores, visando a necessidade para suprimir daquele momento. Para romper com a velha ordem, da estrutura educacional somente para a elite burguesa. O novo modelo econômico colabora com essa alteração no campo educacional, o regime econômico anteriormente pautado na economia agrícola, com o processo de industrialização marcado principalmente na década de 1930, com o capitalismo industrial, que exige do trabalhador, agora denominado como operário, esse homem camponês, que passa a habitar as grandes cidades para trabalhar nas indústrias, têxteis e automobilísticas; o setor industrial promete grande prosperidade econômica. Logo a educação básica é vinculada a dualidade, na qual a escola une a função pedagógica e uma formação técnica, preparando o indivíduo para o mercado de trabalho.

o exame, num longo olhar para o passado, da evolução da educação através das diferentes civilizações, nos ensina que o conteúdo real desse ideal variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, extraindo a sua vitalidade, como a sua força inspiradora, da própria natureza da realidade social. (ROMANELLI, 2003, p. 146)

Os fundamentos e reivindicações do Manifesto dos Pioneiros, se pauta no direito à educação de forma igualitária para todos, de forma que os interesses de classes não seja um fator relevante. A educação nesse momento passa a ser uma questão social, indo muito além de somente proporcionar conhecimentos teóricos, a escola como função social, desempenha junto com as outras instituições de forma de cooperação, para a formação social do indivíduo que constitui a sociedade. Mesmo com a mudança do modelo educacional, que antes era um monopólio da igreja católica, e posteriormente passa a ser dever do Estado, para que essa tenha a finalidade, de ser gratuita e obrigatória. A autora destaca de como deve ser a ação do Estado sugerida pelo Manifesto dos Pioneiros:

O Manifesto sugere em que deva consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais, se a escola for gratuita. Por outro lado, a necessidade de colocar “o ambiente escolar acima das seitas, disputas religiosas, de dogmatismo” e de excluir do mesmo “qualquer influência perturbadora à personalidade do educando”, impõe-se que seja leigo o ensino, na escola pública. (ROMANELLI, 2003, p. 147)

O Manifesto dos Pioneiros, define de forma geral, como deveria ser a função educacional que agora é de responsabilidade da União e dos Estados, a qual deve ser dentro dos princípios gerais da nova Constituição. Com a descentralização da educação, a mesma deve preocupar-se com as capacidades vitais e o desenvolvimento do indivíduo; o Manifesto propõe uma estrutura unificada para substituir o modelo educacional dual, modificando a velha ordem, que priorizava a educação aos privilegiados financeiramente.

O momento histórico-social após a década de 1930, o Manifesto tem um novo olhar para com a educação, passa a percebê-la com um caráter social. Com influências do movimento Escolas Novas proposto por John Dewey<sup>17</sup>, reivindica um novo modelo educacional de cunho ‘transformador’. A Escola Nova no Brasil, propõe uma educação diferente, na qual se contrapõe com a ideia de progresso e de o professor como único detentor do conhecimento, quebrando o pensamento tradicionalista; e que junto com a Pedagogia Histórico-Crítica e as novas práticas pedagógicas pautadas na dialogicidade, na liberdade, e que a ação pedagógica, ocorre com diálogo de forma horizontal, considerando as vivências dos alunos, buscando aprendizado de forma significativa, em que a problematização acontece por meio da práxis<sup>18</sup>, levando o aluno a refletir, pensar, usando as teorias, partindo da sua realidade material vivenciada, e juntos, alunos e professores construir de modo cooperativo o conhecimento.

A educação pública, gratuita, obrigatória e leiga é uma conquista do Estado burguês, e surgiu na Europa com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da vida urbana. Historicamente, pois, é uma conquista resultante da decadência da antiga ordem aristocrática e, como tal, representa, no Brasil, uma reivindicação ligada a nova ordem social e econômica, que começa a se definir mais precisamente após 1930. (ROMANELLI, 2003, p. 150)

---

<sup>17</sup> John Dewey foi um filósofo, pedagogo e pedagogista norte-americano. É considerado o expoente máximo da escola progressiva norte-americana.

<sup>18</sup> Ação direta.



Ao longo deste capítulo, a discussão acerca da história da educação no Brasil, a qual se destaca como princípio a educação religiosa jesuítica, se constituiu de muitas transformações de aspecto político e social, que para a construção da escola pública no Brasil se estabelecesse do modo ao qual se mantem atualmente. O Manifesto dos Pioneiros é sobretudo um marco na educação do país, a educação pública institucionalizava-se, caminhava para a construção de um sistema nacional de educação, de acordo com Saviani (2006), a educação no Brasil após o Manifesto dos Pioneiros:

[...] em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigindo ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934, que colocava em exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as 'leis orgânicas do ensino', um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Copanema, ministro da Educação do Estado Novo. (SAVIANI, 2006, p.19)

Com essa fase de institucionalização da educação pública brasileira, se complementa com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 4.024/61) em 20 de dezembro de 1961, que em consequência da Constituição de 1946, se estabeleceu como regulamentação da educação nacional, das redes públicas e particulares de ensino.

Esse período de construção da escola pública brasileira já na república, as regulamentações quanto aos ensinos superiores, secundários e primários, se marcam com o ideal pedagógico renovador; a periodização, ou seja, o modo como a historiografia organiza os acontecimentos, quanto a educação brasileira, esta é definida principalmente por meio dos aspectos políticos vigentes no Brasil. Esse período que segue na década de 30, é conhecido como revolucionário, quanto a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, principal elemento da institucionalização da educação; essa primeira parte da Primeira República, se constituiu de várias reformas, como a já mencionada Francisco Campos, que estabelece decretos quanto a organização do ensino, como destaca Saviani (2006):

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É uma marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo país. Trata-se de um rico legado que, nas palavras de Libânia Nassif Xavier, representa um 'divisor de águas' na história da educação brasileira: '[...] interferiu na periodização de nossa história educacional, estabelecendo novos marcos e fornecendo novas valorações a determinados princípios e idéias, e a certas realizações no campo educacional' (XAVIER, 2002, p.71 *Apud*, SAVIANI, 2006, p. 35).

A Constituição de 1934 determinou a União quanto a fixar diretrizes para a educação nacional, mesmo que em maioria das regulamentações quanto a educação, se estabelecia por meio de grupos dominantes de controle político, em decorrência dos interesses definidos por esses grupos, caracterizado por reformas parciais, preconizando a organização da educação nacional como um todo. Ainda que de forma gradativa, com reformas parciais, a organização educacional pública brasileira caminhava para sua regulamentação, como por exemplo, a regulamentação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que após duradouro processo por meio de projeto no Congresso Nacional; pautado no movimento renovador, em que as experiências educacionais estabeleceram-se por até os anos 60, mas que, sob o regime militar, implantado em 1964, a educação nacional passou por uma reorientação geral.

A nova circunstância política, o regime militar estabeleceu mudanças quanto à organização da educação brasileira e suas legislações:

O ajuste foi feito pela Lei n. 5.540/68, aprovada em 28 de novembro de 1968, que reformulou o ensino superior, e pela Lei n. 5.692/72, de 11 de agosto de 1971, que alterou os ensinos primário e médio, modificando sua denominação para ensino de primeiro e segundo grau. Com isso os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4. 024/61) correspondentes às bases da educação consubstanciadas na estrutura do ensino primário, médio e superior foram revogados e substituídos pelas duas novas leis, permanecendo em vigor os primeiros títulos da LDB de 1961 (Dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade do ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino), que enunciavam as diretrizes da educação nacional. (SAVIANI, 2006, p. 41)

O regime instaurado buscava manter o ensino, principalmente o ensino superior, ao modelo político de modernização, ligados ao mercado e o capitalismo internacional, dando a educação, um aspecto produtivista; período o qual o ensino profissionalizante universal e compulsório do ensino de segundo grau, se estabeleceu no período de regime militar.

Com a promulgação da nova Constituição de 5 de outubro de 1988, dá a educação novas atribuições, como:

Entre tais conquistas podemos mencionar o direito à educação desde o zero ano de idade, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da educação pública, a autonomia universitária, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, o regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios na organização dos sistemas educativos e a vinculação de percentuais mínimos do orçamento da União, estados, Distrito Federal e municípios a serem destinados à educação. Além dessas conquistas, a Constituição de 1988 manteve, como era esperado, o dispositivo que atribui à União o caráter privativo, a competência para fixar diretrizes e bases da educação nacional.

Em consequência deu-se início ao processo de elaboração da nova LDB já em dezembro de 1988, apenas dois meses após a promulgação da Constituição, processo este que culminou na aprovação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei n. 9.394, que fixou as novas diretrizes e bases da educação nacional. (SAVIANI, 2006, p. 46)

A nova Constituição estabelece claramente as responsabilidades para com o ensino público brasileiro, mantendo uma melhor organização deste, determinando as diretrizes para todo o ensino, de forma a abranger muito das reivindicações feitas pelos educadores.

## **2.5 ENSINO RELIGIOSO E AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A lei de Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trata de forma organizacional os parâmetros educacionais; se tratando especificamente do objeto da pesquisa, o Ensino Religioso, no Art. 33, presente na Seção III do Ensino Fundamental, trata de como o esse ensino é proposto na forma da lei.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (LDB Nº 9.394/96. p. 11)

Observa-se no exposto que de fato, na lei, está previsto o Ensino Religioso no Ensino Fundamental, de forma facultativa e sem ônus, visto que de forma geral, é designado um professor da unidade escolar para esse propósito; se na forma de lei, o ensino religioso não deve custar aos cofres públicos. No entanto, mesmo que fosse aberto espaço de forma igualitária na comunidade escolar, para que representantes de diferentes religiões, pudessem expor seus preceitos religiosos, ainda não seria plausível, pois, não seria possível atender a todas, sem distinção dado ao grande número de religiões existentes.

## **2.6 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN de Ciências Humanas e suas tecnologias, orienta o professor de Sociologia meios para que este profissional, use os conhecimentos norteadores das Ciências Sociais pautados na antropologia, na sociologia e na

política. Oriundos da (re) leitura de autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim, para explicar o mundo e as sociedades com suas complexidades e particularidades.

O PCN, de forma geral, apresenta as diretrizes de como o professor poderá, através das teorias apresentadas pelos autores, explicar a realidade social, usando os chamados eixos temáticos, para direcionar de forma organizada o aprendizado do aluno. Esses eixos temáticos abordamos conceitos de cidadania, trabalho e cultura, que dão base ao professor, para que junto com seus alunos, procurem compreender a organização social em que se vive, como está organizada a divisão do trabalho e de forma coexistem as diversas culturas.

Contudo, o tema de estudo dessa pesquisa, religião, em nenhum momento é mencionado no PCN de Ciências Humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respectivo trabalho de conclusão de curso referente a Licenciatura em Ciências Sociais, realizou-se por meio de pesquisas e leituras bibliográficas das respectivas áreas de conhecimento da Sociologia da Religião, Sociologia clássica e a História da educação brasileira; no decorrer do desenvolvimento da pesquisa quanto ao seu principal ponto, a presença da Religião na educação, a maior dificuldade se estabeleceu quanto a referências que tratassem desses aspectos dentro da Religião. Quanto à construção e organização do ensino, grande parte das referências remetem a presença especificamente da Igreja Católica enquanto parte deste processo. Desta forma, a principal indagação quanto ao objeto seria que somente o Catolicismo formou a organização do ensino do país. Todavia, sendo a constituição da cultura e da organização social brasileira composta de multiplicidades, percebemos que outros elementos se mesclam na institucionalização do ensino no país.

A estrutura educacional sob a qual se dispôs a pesquisa, se estabeleceu com o intuito de conceituar a definição de religião, aspecto da organização social de um povo, e como as Ciências Sociais e seus respectivos autores a definem; o modo como a religião ao longo da história transformou-se, e a correlação que esta estabeleceu com a sociedade. Ao estabelecer o desenvolvimento da pesquisa, a análise histórica e sociológica desenvolvidas, demonstrou a centralidade da presença religiosa na educação brasileira, sobretudo de se colocar em debate a participação e colaboração também do Protestantismo para a educação. A construção e organização da educação contou com a presença religiosa não apenas predominantemente da Igreja Católica, mas também de outras denominações religiosas, ainda que originárias na mesma tradição do cristianismo, suas perspectivas e ideais se pautam de formas diferentes, estabelecendo assim formas distintas de organização para com a sociedade brasileira ao longo da história, bem como para a educação e o ensino, e como essas influências pedagógicas e ideais colaboraram para a educação pública no Brasil, entre as muitas transformações e reformas, e o modo como essa se encontra atualmente.

Por meio da pesquisa, as leituras concernentes ao tema pesquisado, proporcionou notar o modo como a influência religiosa se estabelece nas relações sociais, e como a educação se constituiu em decorrência dessa influência; a educação sendo uma das muitas instituições que compõem essa organização social, visto que no caso do Brasil a história da educação por meio da religião, estabeleceu-se de forma inicial e oficialmente a presença da coroa portuguesa por aqui.

Ao estabelecer esse recorte da presença religiosa na educação pública brasileira, a percepção da influência religiosa no modo como a educação nacional se organizou, na forma de suas muitas reformas, leis e diretrizes; o catolicismo como única religião permitida pelo Estado até o fim do período Imperial, manteve-se no poder, estabelecendo essa relação de poder entre três grandes partes da organização social: na educação como mantedora única do ensino (inicialmente), como parte do Estado, na organização política, e como respectivamente no aspecto religioso. Essa influência predominante do catolicismo na educação, o seu tradicional modo de ensino e seu conservadorismo, manteve por um tempo afastado os novos ideais que davam sustentação a proposta republicana. A reação da Igreja a esse movimento pode ser interpretado como um elemento fundamentalista, por querer manter a sua tradição em superioridade aos demais ideais; contudo, ainda que de forma a estabelecer embate ao monopólio católico no ensino, e trazendo ao país ideais renovadores e novas tendências pedagógicas, o ensino protestante era uma via que diversificava o ensino no Brasil, para a formação social e cultural, proporcionando a materialização de um Estado laico, ao qual a liberdade de crença em meio a multiplicidade religiosa na formação cultural brasileira se fazia necessária.

Ainda hoje diversos elementos da presença religiosa perduram na organização do ensino público, exemplo disso o Ensino Religioso, elemento parte da educação pública, estabelecido por lei a sua matrícula facultativa e sem custos para o Estado, a se dar de forma pelas preferências dos alunos ou responsáveis, contudo, em maioria, o ensino religioso se estabelece não de modo a um estudo das religiões de forma histórica e social, e sim, em muitos casos uma forma de catequização, usando como referencial teórico de cunho católico tendo o cristianismo como religião central. A notória influência da religião também se faz expressivamente pelo grande número de religiosos na bancada do Congresso Nacional, estabelecendo ações de interferências ao ensino estabelecido pelo Estado democrático direito. Nota-se muitas discussões realizadas pelo Estado e Sociedade Civil, estabelecidas nas universidades e divulgadas em diferentes mídias, a muitos projetos que sobrepõem a Religião como aspecto definidor de como o ensino deve acontecer, descaracterizando em parte o ensino promovido pelas Ciências e o seu respaldo em teóricos, principalmente da área de Ciências Humanas.

Em suma, com base em nossa pesquisa acreditamos que o estudo das religiões é primordial para a compreensão da história social e política do Brasil, visto que, o aspecto religioso enquanto importante matriz cultural, está presente de diversas formas em muitas sociedades, ao que cada qual estabelece uma forma de relação como o sagrado, a se

considerar também os grupos sociais que não apresentam o elemento religião como parte fundamental de sua organização. Por meio dos estudos das diversas religiões existentes que compõem o mosaico da organização social mundial, independentemente de ser hegemônica ou não no espaço da sociedade estudada, esse estudo se remete as interpretações das culturas, no modo como por meio da religião ocorre a manutenção e, ou difusão de uma cultura. Desta maneira, o modo de compreendermos as nossas próprias ambiguidades pode estar no estudo amplo das religiões.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Ênio José da Costa. **Agonia de um modelo**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Protestantismo brasileiro e mudança social**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.
- Coleção pensamento & vida: Comte: **Sociólogo e positivista**/ André Campos Mesquita. – São Paulo: Escala, 2012. – Coleção pensamento & vida; V. 11)
- DICIONARIO INFORMAL. **Secularização**. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br/seculariza%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 22 de ago. 2017.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**/ Émile Durkheim: tradução Paulo Neves. Revisão da tradução Eduardo Brandão. – 3º ed. – São Paulo: Martins fontes, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIDDENS, Antony. **Religião**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. Tradução Sandra Regina Netz. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- JARDILINO, José Rubens Lima. **Educação e Protestantismo brasileiro: reflexões e hipóteses**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.
- LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LDB).
- MARCONI, M. A. & PRESSOTTO, Z. M. **Antropologia. Uma introdução**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ensino Médio. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização e declínio do catolicismo**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.
- ROMANELLI, O. de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 28º ed. Petrópolis: Vozes, 2003.



ROSADO-NUNES, Maria José. **O catolicismo sob o escrutínio da modernidade.** In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*/ Beatriz Muniz de Souza, Luís Mauro Sá Martino, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro.** In: \_\_\_\_\_. *O legado educacional do século XX no Brasil*/ Dermeval Saviani ... [et al.]. – 2°. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea).

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões.** *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>>. Acesso em: 25 de out. 2016.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. *Contribuição Protestante à Reforma da Educação Pública Paulista.* Disponível em <<http://www.unimep.br/~crvieira/contribuicao-protestante-a-reforma.pdf>> acesso em: 09 de mar. 2017.

XAVIER; RIBEIRO; NORONHA. **História da educação: a escola no Brasil** / Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, Maria Luiza Santos Ribeiro, Olinda Maria Noronha. – São Paulo: FTD, 1994. – (Coleção Aprender & Ensinar).

**500 anos de educação no Brasil**/ organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, - 5 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.